

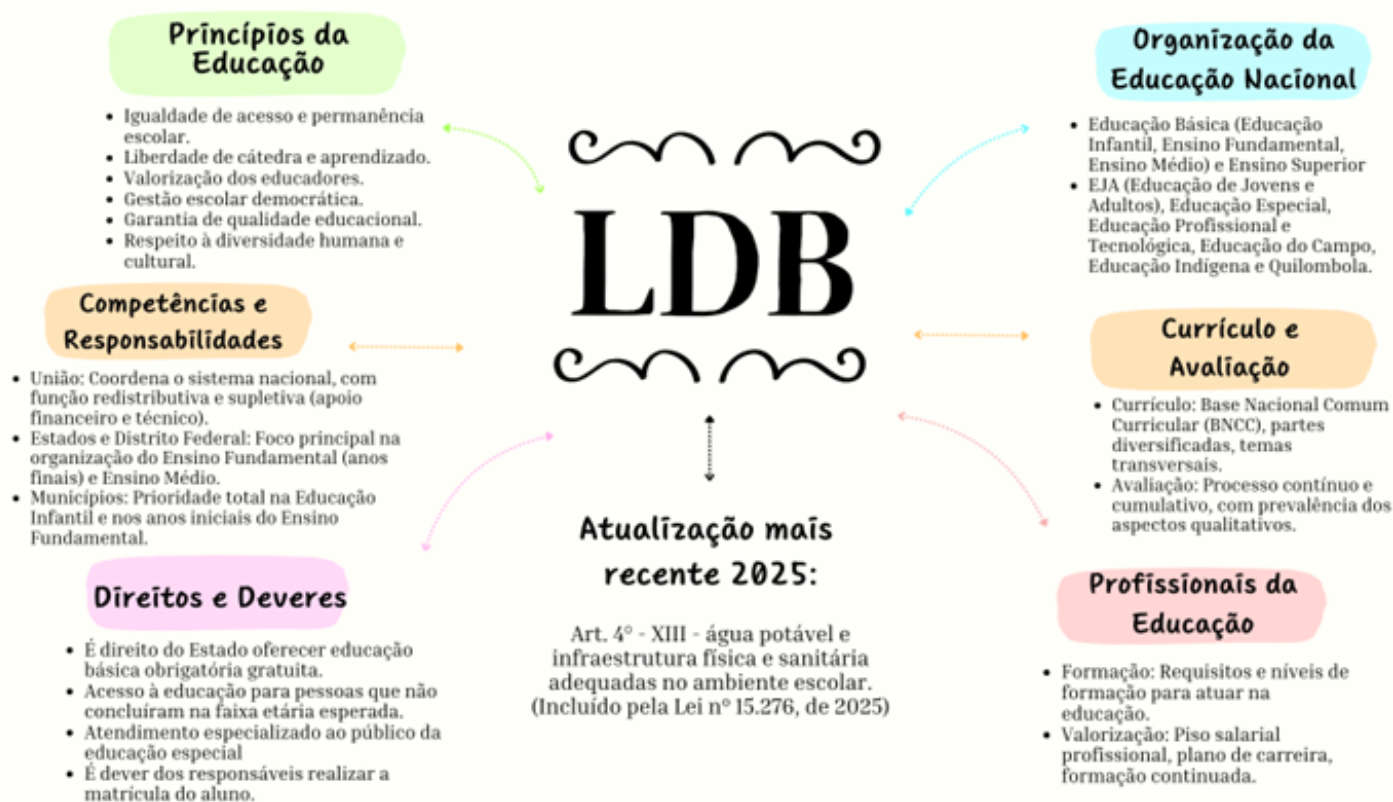


DUQUE DE
CAXIAS



SME
DUQUE DE CAXIAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996, é o principal marco legal que organiza a educação no Brasil. Ela estabelece os princípios, finalidades e normas que orientam todo o sistema educacional, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. A LDB define direitos e deveres de estudantes, professores, instituições e gestores, garantindo que a educação seja um direito de todos e um dever do Estado e da família. Além disso, orienta a organização curricular, o financiamento, a gestão democrática e a formação dos profissionais da educação. Ao estruturar as bases para uma educação inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada, a LDB busca assegurar o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



A gestão democrática é um princípio central da educação brasileira, previsto na Constituição Federal e na LDB, que busca garantir a participação de toda a comunidade escolar nas decisões do cotidiano escolar. Ela parte da compreensão de que a escola é um espaço coletivo, onde alunos, professores, gestores, famílias e demais atores têm voz ativa na construção do projeto educativo. Nesse sentido, a gestão democrática promove a transparência, o diálogo, a corresponsabilidade e o comprometimento com a qualidade social da educação.

Entre seus principais pontos, destaca-se a participação efetiva nos processos decisórios, especialmente por meio de conselhos escolares, grêmios estudantis e associações de pais. Outro aspecto essencial é a construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP), que deve refletir as necessidades e realidades da comunidade, orientando o trabalho pedagógico de forma democrática e inclusiva. Além disso, a gestão democrática valoriza a autonomia escolar na organização curricular, financeira e administrativa, sempre associada ao controle social e à prestação de contas. Por fim, promove a formação cidadã ao incentivar práticas de diálogo, cooperação e tomada de decisão conjunta, fortalecendo a escola como espaço de participação social e pluralidade.



A cultura étnico-racial na educação brasileira é essencial para construir uma escola mais justa, inclusiva e consciente da diversidade que compõe o país. Com leis como a 10.639/2003 e a 11.645/2008, tornou-se obrigatório ensinar História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, reconhecendo a contribuição desses povos na formação do Brasil e rompendo com visões eurocêntricas.

Trabalhar esse tema significa combater o racismo e promover o respeito às diferenças por meio de práticas pedagógicas que valorizem identidades, histórias e saberes diversos. Isso inclui formação de professores, uso de materiais representativos e um ambiente escolar que acolha todos os estudantes. Mais que exigência legal, é um compromisso ético que fortalece a cidadania, a equidade racial e o papel da escola como espaço de diálogo, respeito e pluralidade.

OBJETIVOS

- Combater o racismo, preconceito e discriminação.
- Valorizar a diversidade cultural brasileira.
- Promover a equidade racial e o respeito às diferenças.
- Reconhecer a contribuição dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade.

BASE LEGAL

- Lei 10.639/2003 – Torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.
- Lei 11.645/2008 – Amplia para incluir História e Cultura Indígena.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) – Orientam práticas pedagógicas e organização curricular.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

- Abordagem interdisciplinar nos conteúdos.
- Valorização de protagonistas históricos negros e indígenas.
- Uso de literatura, arte, música e cultura afro e indígena.
- Projetos, debates e atividades que promovam reflexão crítica.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

- Capacitação contínua sobre questões raciais.
- Desenvolvimento de práticas antirracistas na escola.
- Conhecimento das DCN-ERER e das legislações pertinentes

AMBIENTE ESCOLAR

- Escola como espaço antirracista.
- Ações de enfrentamento ao racismo e ao bullying racial.
- Construção de clima escolar baseado em respeito, diversidade e inclusão.

CURRÍCULO

Conteúdos sobre:

- História da África
- Resistência negra (quilombos, movimentos)
- Cultura afro-brasileira
- Povos indígenas e suas contribuições
- Currículo que reflita a pluralidade cultural do país.

REPRESENTATIVIDADE

- Materiais didáticos que representem pessoas negras e indígenas de forma positiva, sem estereótipos.
- Valorização das identidades culturais dos alunos

CULTURA ÉTNICO-RACIAL

A educação brasileira enfrenta desafios importantes que afetam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. A evasão escolar é um dos principais problemas, causada por dificuldades socioeconômicas, falta de motivação e dificuldades de aprendizagem. Associado a isso, o analfabetismo e o analfabetismo funcional ainda atingem grande parte da população, especialmente em regiões vulneráveis, comprometendo o desenvolvimento escolar. A repetência também agrava o abandono e evidencia falhas no acompanhamento pedagógico.

A qualidade do ensino permanece desigual no país, marcada por infraestrutura insuficiente, falta de materiais, formação docente limitada e currículos pouco conectados à realidade dos alunos. Para enfrentar esses desafios, políticas públicas como o PNE, BNCC, PNLD, entre outros têm sido implementadas para melhorar o financiamento, fortalecer a alfabetização, combater a evasão e qualificar o ensino. Ainda assim, é preciso fortalecer essas ações e garantir maior articulação entre escola, família e governo para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade.



LDB**01. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

- A.** Liberdade para o aluno à escolha em relação as de condições para o acesso e permanência na escola;
- B.** Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- C.** Ideias e de concepções pedagógicas centradas;
- D.** Ato de restringir a liberdade e fomentar comportamentos intolerantes.
- E.** Impossibilidade de coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino.

02. A educação básica OBRIGATÓRIA e gratuita é oferecida a partir de que idade:

- A.** Dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.
- B.** Dos 4 (quatro) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- C.** Dos 5 (cinco) aos 17 (dezesete) anos de idade.
- D.** Dos 5 (cinco) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- E.** Dos 5 (cinco) aos 16 (dezesesseis) anos de idade.

03. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições. Acerca dessa afirmativa, julgue os itens:

- I.** cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;
- II.** autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;
- III.** capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

É correto o que se diz:

- A.** Apenas na alternativa III.
- B.** Apenas nas alternativas I e II.
- C.** Nas alternativas I, II e III.
- D.** Apenas nas alternativas I e III.
- E.** Apenas na alternativa II.

04. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu**sistema de ensino, terão a incumbência de:**

- I.** elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II.** administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III.** assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV.** velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V.** omissão na oferta de meios de recuperação aos alunos de baixo rendimento.

É correto o que se diz:

- A.** Apenas na alternativa III e IV
- B.** Apenas nas alternativas I, II e V.
- C.** Apenas nas alternativas I e III.
- D.** Apenas na alternativa II.
- E.** Nas alternativas I, II, III, IV.

05. A carga horária da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada da seguinte forma:

- A.** A carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.
- B.** A carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) dias letivos.
- C.** A carga horária mínima anual será de 1.000 (mil) horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.
- D.** A carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.
- E.** A carga horária mínima anual será de 700 (setecentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

06. A gestão democrática nas instituições escolares públicas brasileiras é um princípio previsto na legislação educacional e busca assegurar participação, transparência e corresponsabilidade. Considerando esse modelo de gestão, analise as afirmativas abaixo:

- I.** A gestão democrática envolve a participação da comunidade escolar na definição de prioridades, mas a execução das ações deve ficar restrita apenas à equipe gestora, para garantir maior eficiência administrativa.
- II.** A participação dos conselhos escolares e grêmios estudantis é um dos mecanismos de implementação da gestão democrática, fortalecendo a representação e a tomada coletiva de decisões.
- III.** A gestão democrática pressupõe transparência no uso de recursos, prestação de contas e diálogo constante entre os diferentes segmentos da comunidade escolar.
- IV.** A gestão democrática elimina completamente conflitos internos, pois as decisões coletivas evitam divergências entre os participantes.

Estão CORRETAS:

- A.** II e III apenas.
- B.** I, II e IV apenas.
- C.** I e IV apenas.
- D.** I, II, III e IV.
- E.** III e IV apenas.

07. A gestão escolar democrática é um princípio previsto na legislação educacional brasileira e orienta a organização das escolas públicas, priorizando participação, corresponsabilidade e transparência. Diante disso, assinale a alternativa que melhor representa esse tipo de gestão:

- A.** A participação coletiva da comunidade escolar na tomada de decisões, envolvendo aspectos administrativos, pedagógicos e organizacionais, por meio de processos representativos e dialogados.
- B.** A condução centralizada da escola por um único gestor, responsável por decidir sozinho todas as ações e encaminhamentos necessários.

- C.** A gestão compartilhada apenas entre diretores e professores, enquanto os demais funcionários são comunicados das decisões.
- D.** A eleição da equipe gestora, seguida da autonomia total dessa gestão para decidir sem necessidade de consulta aos demais membros da comunidade escolar.
- E.** A substituição do modelo participativo por novos modelos que não incluem a comunidade escolar nos processos decisórios.

08. A gestão democrática do ensino público, prevista como princípio constitucional desde 1988, orienta a participação e a corresponsabilidade de diferentes segmentos da comunidade escolar. Nesse contexto, constitui um de seus princípios:

- A.** A participação efetiva da comunidade escolar por meio de Conselhos Escolares e outras instâncias de representação.
- B.** A criação obrigatória de um órgão específico para receber reclamações de estudantes.
- C.** A atuação direta e permanente do Conselho Tutelar na administração escolar.
- D.** A inclusão das instituições privadas como responsáveis pela gestão democrática das escolas públicas.
- E.** A centralização das decisões escolares na figura do diretor, visando maior agilidade administrativa.

09. A relação entre escola, família e comunidade é fundamental para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e é prevista nas diretrizes da educação brasileira. Considerando esse princípio, assinale a alternativa correta:

- A.** A participação das famílias deve ser limitada a comunicados formais, evitando aproximação excessiva para não gerar conflitos com os profissionais da escola.
- B.** As funções da escola e da família não devem se articular, pois cabe à escola tratar dos conteúdos sistematizados e das práticas pedagógicas.
- C.** O desenvolvimento integral dos estudantes requer diálogo e cooperação contínua entre escola e família, respeitando as respon-

sabilidades de cada uma e buscando ações conjuntas para apoiar o processo educativo.

D. A família não tem direito de participar do contexto escolar, sendo esse espaço destinado a professores e alunos.

E. A escola deve solicitar a presença das famílias apenas em situações pontuais, preservando sua autonomia e evitando interferências externas.

10. No âmbito da gestão democrática, o Conselho Escolar é uma das principais instâncias de participação e deliberação da comunidade escolar. Sobre sua natureza e suas funções, analise as afirmativas abaixo:

I. O Conselho Escolar é um segmento externo que elabora e executa a proposta pedagógica da escola.

II. O Conselho Escolar é um colegiado formado por diversos segmentos da comunidade escolar, com funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras.

III. O Conselho Escolar é composto exclusivamente por membros externos à comunidade escolar, atuando de forma independente.

IV. O Conselho Escolar constitui uma forma de garantir a participação da sociedade civil na gestão pública educacional.

V. O Conselho Escolar substitui completamente a equipe gestora, assumindo todas as responsabilidades administrativas.

Dentre as definições apresentadas, estão corretas:

A. Somente I e III

B. Somente II e III

C. Somente II e IV

D. I e II

E. Somente II, IV e V

CULTURA ÉTNICO-RACIAL

11. Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, indique a opção que reflete a finalidade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A. É fundamental reconhecer e valorizar a identidade, a história e a cultura dos afro-brasileiros, além de garantir o reconhecimento e a igualdade no reconhecimento das raízes africanas do Brasil, juntamente com as indígenas, europeias e asiáticas.

B. A promoção da história e da cultura africanas como elementos centrais e prioritários no currículo escolar, excetuando-se a integração de outras influências culturais, como as indígenas e europeias, na formação histórica e social brasileira.

C. A implementação de práticas pedagógicas que considerem a história afro-brasileira como um conteúdo complementar às disciplinas de ciências humanas, independentemente da articulação com outras áreas do conhecimento ou com as outras culturas

presentes na sociedade brasileira, como indígenas, europeias, asiáticas.

D. A valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, destacando-a como superior às demais influências culturais, uma vez que desempenhou um papel predominante e exclusivo na formação da sociedade brasileira.

E. A abordagem da história e cultura afro-brasileira e africana como conteúdo opcional, cuja inclusão no currículo depende exclusivamente do interesse das escolas ou dos professores, sem obrigatoriedade legal ou articulação com as políticas educacionais de promoção da igualdade racial.

12. Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), avalie as seguintes afirmações:

I. A educação das relações étnico-raciais é uma obrigação exclusiva da instituição de ensino, que deve instruir os estudantes negros a respeito da história e da cultura negra.

II. Para combater o racismo e as desigualdades sociais e raciais, é necessário um esforço conjunto entre escola e sociedade, sendo a escola um agente essencial na criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

III. Para que as escolas desempenhem efetivamente seu papel na educação das relações étnico-raciais, é necessário que superem atitudes racistas e discriminatórias, além de fomentar conhecimentos e comportamentos que promovam a inclusão e a igualdade.

Assinale a alternativa correta:

- A.** Apenas I.
- B.** Apenas II.
- C.** Apenas III.
- D.** Apenas I e II.
- E.** Apenas II e III.

13. Com base no que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em relação ao objetivo, indique a opção correta:

- A.** Ao reconhecimento e apreciação da história e cultura afro-brasileira, à pluralidade da nação brasileira e ao direito igualitário à educação de alta qualidade.
- B.** Somente o direito à educação e à formação para a cidadania é responsável pela criação de uma sociedade justa e democrática para o povo preto.
- C.** No contexto de políticas de ações afirmativas, ou seja, políticas de reparação, reconhecimento e valorização de sua trajetória, cultura e identidade.
- D.** Ao se basear em critérios de exclusão fundamentados em preconceitos e na preservação de privilégios para os já privilegiados, o sistema meritocrático, que acentua as desigualdades e causa injustiça, é mantido.
- E.** À compreensão da história e cultura afro-brasileira como conteúdo opcional e não obrigatório, cuja abordagem pode ser feita apenas em datas comemorativas ou projetos eventuais, sem necessidade de integração ao currículo escolar.

14. Analise as afirmativas a seguir acerca da Educação para as Relações Étnico-Ra-

ciais, considerando o marco legal estabelecido pela Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

I. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de educação básica, públicos e privados.

II. A implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais deve respeitar a diversidade cultural, regional e social do país, assegurando que as diretrizes sejam contextualizadas conforme a realidade local.

III. A educação antirracista exige que o currículo seja padronizado nacionalmente, vedando adaptações locais para garantir uniformidade no ensino do tema.

IV. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais orientam as escolas a promoverem a valorização da identidade, história e cultura de diferentes grupos étnico-raciais presentes na sociedade brasileira.

Assinale a alternativa correta:

- A.** Somente I, II e IV estão corretas.
- B.** Somente I e III estão corretas.
- C.** Somente II e IV estão corretas.
- D.** Somente I, III e IV estão corretas.
- E.** Somente II e III estão corretas.

15. A incorporação da temática “Educação das Relações Étnico-Raciais” ao currículo da Educação Básica decorre do compromisso da escola brasileira com a superação do racismo, a valorização da diversidade e o reconhecimento das contribuições históricas, sociais e culturais de diferentes grupos étnico-raciais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (CNE/CP, 2004), articuladas à Lei nº 10.639/2003 e à Lei nº 11.645/2008, determinam orientações que devem integrar o projeto pedagógico das instituições de ensino, públicas e privadas. Nesse sentido, o objetivo central dessas diretrizes consiste em:

A. Reconhecer culturas diversas e promover convivência entre grupos étnicos, evitando ênfase nas contribuições específicas dos povos africanos e indígenas para a formação da

sociedade brasileira.

B. Estabelecer políticas de cotas nas instituições de educação básica, garantindo igualdade de acesso por meio de reservas obrigatórias de vagas.

C. Assegurar que o currículo escolar aborde História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena como estratégia de combate ao racismo, promoção da igualdade racial e valorização da diversidade.

D. Transferir exclusivamente às escolas públicas a responsabilidade pela implementação da educação para as relações étnico-raciais, desobrigando as instituições privadas desse compromisso.

E. Criar disciplinas específicas sobre cultura africana e indígena, sem exigência de integração transversal ou interdisciplinar ao restante do currículo.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR (EVASÃO ESCOLAR)

16. Acerca da organização escolar em ciclos e da permanência de práticas seletivas nos sistemas de ensino, analise as afirmativas a seguir. Segundo o autor, uma leitura crítica da trajetória histórica da repetência demonstra que essa prática:

A. Contribui para impedir o desperdício de recursos materiais e humanos, lacuna frequentemente observada em modelos de promoção automática.

B. Não se fundamenta em procedimentos pedagógicos consistentes de recuperação ou de efetivo avanço cognitivo dos estudantes nela envolvidos.

C. É capaz de resolver, de maneira substancial, as causas do fracasso escolar e os problemas persistentes de aprendizagem.

D. Representa um mecanismo eficaz de enfrentamento da defasagem idade-série, tanto em sistemas seriados quanto em propostas organizadas por ciclos.

E. Torna-se necessária em contextos de alta evasão escolar, pois assegura a aplicação de critérios meritocráticos na promoção dos alunos.

17. Considerando o papel do pedagogo na promoção da permanência escolar e na prevenção da evasão, é fundamental que suas ações articulem acompanhamento pedagógico, diálogo com a comunidade e integração com diferentes setores da escola. Nesse sentido, qual alternativa representa uma atuação realmente eficaz do pedagogo na redução da evasão escolar?

A. Registrar formalmente as faltas em relatórios e solicitar o preenchimento diário pelos

professores.

B. Oferecer atendimento acolhedor e orientação individual aos alunos que apresentam dificuldades de assiduidade.

C. Atuar em parceria com a equipe docente para investigar as causas das faltas, dialogar com as famílias, promover encontros e acionar a assistência social e psicológica quando necessário.

D. Deixar de acompanhar os índices de evasão, entendendo que essa responsabilidade cabe exclusivamente à assistência social.

E. Delegar aos professores o acompanhamento da frequência e o contato direto com as famílias para identificar os motivos da ausência dos estudantes.

18. Sobre os fatores associados à evasão escolar e acadêmica, analise as afirmativas a seguir:

I. A evasão pode ser influenciada por fatores como condição socioeconômica dos estudantes, escolha inadequada do curso, dificuldades de convivência com colegas e docentes, além de elementos culturais e religiosos.

II. Entre as causas da evasão, destacam-se: insatisfação com o curso ou com a instituição; dificuldades financeiras pessoais ou familiares; expectativas frustradas quanto à formação; e problemas de relacionamento interpessoal no ambiente acadêmico.

III. A evasão também se relaciona ao desempenho acadêmico, incluindo reprovações, repetência e dificuldades nas disciplinas, bem como ao prestígio social do curso, da carreira e da instituição escolhida.

IV. A evasão ocorre exclusivamente pela in-

compatibilidade entre horários de estudo e trabalho, pelas responsabilidades familiares e pela falta de motivação do aluno, desconsiderando outros fatores institucionais ou sociais.

Assinale a alternativa correta:

- A.** Todas as afirmativas estão corretas.
- B.** Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C.** Apenas a afirmativa IV está correta.
- D.** Apenas a afirmativa III está correta.
- E.** Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

19. A permanência dos estudantes na escola brasileira é influenciada por múltiplos fatores que extrapolam o desempenho acadêmico. Sobre os desafios relacionados à evasão escolar e sua articulação com a qualidade da educação, analise as afirmações a seguir:

- A.** A evasão escolar decorre exclusivamente de fatores externos à instituição, como condições socioeconômicas da família, não havendo relação direta com práticas pedagógicas ou com o clima escolar.
- B.** A qualidade do ensino está fortemente associada ao acompanhamento sistemático da aprendizagem, o que pode reduzir índices de evasão ao permitir intervenções pedagógicas mais ágeis e eficazes.
- C.** A ampliação da jornada escolar, por si só, garante redução significativa da evasão, independentemente da oferta de atividades pedagógicas articuladas e significativas.
- D.** A evasão aumenta quando a escola desenvolve projetos pedagógicos integrados ao território, pois esses projetos tendem a afastar os estudantes de rotinas escolares estáveis.
- E.** A avaliação diagnóstica contribui pouco para a redução da evasão, pois seus resultados não interferem na formulação de estratégias pedagógicas ou no planejamento escolar.

20. O combate ao analfabetismo no Brasil continua sendo um dos maiores desafios educacionais, exigindo políticas públicas integradas e ações pedagógicas consistentes. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

A. O analfabetismo no Brasil é predominantemente um fenômeno biológico, pois decorre de limitações cognitivas naturais dos indivíduos, sendo pouco influenciado por condições sociais.

B. Políticas de alfabetização que articulam formação docente, acompanhamento pedagógico e uso de indicadores educacionais tendem a produzir melhores resultados no enfrentamento do analfabetismo.

C. A redução do analfabetismo depende exclusivamente de investimentos em infraestrutura escolar, não havendo correlação clara com práticas pedagógicas ou com o contexto socioeconômico das famílias.

D. A análise de indicadores como o IDEB e taxas de analfabetismo não auxilia na formulação de políticas públicas, pois esses dados não refletem a realidade concreta das redes de ensino.

E. Programas de alfabetização de jovens e adultos são pouco relevantes para a superação do analfabetismo, uma vez que a maior parte das pessoas não conclui essas etapas da modalidade EJA.

GABARITO

01. Alternativa: B

Gabarito comentado: A alternativa está descrita na LDB no Art.3º- II: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”.

02. Alternativa: A

Gabarito comentado: A alternativa está descrita na LDB no Art.4º- I: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”.

03. Alternativa: C

Gabarito comentado: A alternativa está descrita na LDB no Art.7º:

I-cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

04. Alternativa: E

Gabarito comentado: A alternativa está descrita na LDB no Art.12: de I a V.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

05. Alternativa: D

Gabarito comentado: A alternativa está descrita na LDB no Art. 24:

“I – a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos)

dias de efetivo trabalho escolar.”

06. Alternativa: A

Gabarito comentado:

I - INCORRETA.

A gestão democrática não restringe a execução das ações somente à equipe gestora. Ela envolve participação ativa da comunidade escolar tanto na definição quanto no acompanhamento e execução de ações, buscando corresponsabilidade.

II - CORRETA.

Conselhos escolares, grêmios estudantis e associações de pais são instrumentos legais e práticos de participação coletiva, essenciais para consolidar a gestão democrática.

III - CORRETA.

Transparência, prestação de contas e diálogo são pilares fundamentais da gestão democrática e estão alinhados ao que preveem a LDB e normativas complementares.

IV - INCORRETA.

A gestão democrática não elimina conflitos; pelo contrário, os reconhece e busca resolvê-los por meio do diálogo e da participação. Conflitos são naturais no processo coletivo.

07. Alternativa A

Gabarito comentado: A gestão escolar democrática se fundamenta na participação ativa e responsável de todos os segmentos da escola — professores, estudantes, funcionários, pais e equipe gestora. Envolve decisões coletivas sobre questões pedagógicas, administrativas e organizacionais, com diálogo e representação.

Alternativas B, C e D - INCORRETAS.

Todas apresentam modelos centralizadores, contrários ao princípio democrático previsto na LDB e nas políticas de gestão participativa.

Alternativa E - INCORRETA.

A terminologia continua vigente e é amplamente utilizada em documentos oficiais, práticas escolares e políticas públicas.

08. Alternativa A

Gabarito comentado: A Constituição Federal

de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelecem que a gestão democrática do ensino público pressupõe participação da comunidade escolar, especialmente por meio de mecanismos como Conselhos Escolares, grêmios estudantis e associações de pais, fortalecendo a corresponsabilidade e a transparência. Alternativas B, C e D - INCORRETAS.

Essas alternativas não correspondem a princípios da gestão democrática:

- B. Fala de um órgão de reclamação infantil, que não é exigido pela legislação.
- C. Atribui ao Conselho Tutelar uma função administrativa escolar, o que não existe.
- D. Envolve instituições privadas na gestão pública, o que não se aplica.

Alternativa E – INCORRETA.

A centralização de decisões na figura do diretor contraria a essência da gestão democrática, que é justamente a descentralização e a participação coletiva.

9. Alternativa C

Gabarito comentado: A educação integral envolve o compartilhamento de responsabilidades entre escola e família. A legislação e as políticas educacionais brasileiras enfatizam a parceria, o diálogo constante e a cooperação entre ambos para assegurar o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

Alternativas A, B, D e E – INCORRETAS.

- A reduz a aproximação entre escola e família, contrariando o princípio da gestão democrática e da participação social.
- B nega a articulação necessária entre funções educativas da escola e da família, o que vai contra o conceito de educação integral.
- D exclui o direito da família de participar do processo educativo, o que viola normas da LDB e diretrizes de participação social.
- E limita a participação familiar a momentos específicos, o que é incompatível com o modelo participativo e colaborativo defendido pela educação contemporânea.

10. Alternativa C.

Gabarito comentado:

-I: INCORRETA.

O Conselho Escolar não é um segmento ex-

terno e não executa a proposta pedagógica. Ele participa, acompanha e delibera, mas não substitui a equipe pedagógica.

-II: CORRETA.

O Conselho Escolar é um colegiado representativo, composto por professores, funcionários, pais/responsáveis, estudantes e, em alguns casos, membros da comunidade local. Tem funções deliberativas, fiscais, consultivas e mobilizadoras, conforme previsto em normativas de gestão democrática.

-III: INCORRETA.

O Conselho não é formado exclusivamente por membros externos. Pelo contrário, ele representa internos e externos da comunidade escolar.

-IV: CORRETA.

Constitui, sim, uma forma de participação social e é mecanismo essencial da gestão democrática, permitindo a presença da sociedade civil nas decisões da escola.

-V: INCORRETA.

O Conselho não substitui a equipe gestora. Ele acompanha, fiscaliza e delibera, mas não assume todas as funções administrativas.

11. Alternativa A

Gabarito comentado: A alternativa A está correta porque expressa exatamente o que as Diretrizes estabelecem: reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, além de garantir a igualdade de valorização entre as diversas raízes formadoras da nação (africanas, indígenas, europeias, asiáticas). O ensino deve ser plural, integrador e promotor da equidade.

B: Incorreta pois propõe a centralidade e prioridade absoluta da cultura africana, excluindo outras influências, o que não está de acordo com a proposta integradora e plural das Diretrizes.

C: Errada porque trata a história afro-brasileira apenas como um conteúdo complementar e desvinculado das demais culturas, contrariando o princípio da transversalidade e articulação curricular estabelecido pela norma.

D: Equivocada ao sugerir que a cultura afro-brasileira é “superior” e “exclusiva” na formação nacional, o que fere o objetivo de

igualdade, respeito e valorização de todas as matrizes culturais brasileiras.

E: A alternativa sustenta que o conteúdo seria opcional e dependente da vontade das escolas ou docentes. A Lei 10.639/2003 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a educação básica, sendo parte integrante do currículo e das políticas educacionais.

12. Alternativa E.

Gabarito comentado: I- Essa assertiva está incorreta. A responsabilidade pela educação das relações étnico-raciais não é exclusiva da escola e não se limita a ensinar apenas aos alunos negros. O compromisso é com toda a comunidade escolar e envolve a sociedade como um todo. O objetivo é promover uma educação que combata o racismo e discriminação, integrando a história e cultura afro-brasileira no currículo de todos os alunos.

II- Essa assertiva está correta. As diretrizes enfatizam que a escola deve colaborar com a sociedade para combater o racismo e as desigualdades. A escola tem um papel crucial, mas não é o único agente responsável. A luta contra o racismo é uma responsabilidade coletiva.

III- Essa assertiva está correta. As escolas precisam trabalhar ativamente para superar preconceitos e discriminações dentro de seu ambiente, promovendo a inclusão e igualdade através de práticas pedagógicas e administrativas.

13. Alternativa A

Gabarito comentado: A alternativa reflete com precisão os objetivos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1/2004). As DCNs estabelecem a valorização da história e cultura afro-brasileira; a promoção da diversidade étnico-racial da nação brasileira; a garantia do direito à educação de qualidade, combatendo desigualdades e o racismo estrutural. O que representa fielmente os princípios e finalidades da educação antirracista no contexto escolar.

B- INCORRETA

Limita o objetivo das diretrizes apenas ao “povo preto”, excluindo outros grupos da sociedade.

C- INCORRETA

Embora contenha elementos verdadeiros — reparação, reconhecimento e ações afirmativas — ela é parcial e incompleta.

D- INCORRETA

A alternativa descreve uma crítica ao sistema meritocrático excludente, mas não formula um objetivo educacional.

E — INCORRETA

Afirma que o estudo da história e cultura afro-brasileira seria opcional ou restrito a datas comemorativas.

14. Alternativa A

Gabarito comentado: As afirmativas I, II e IV estão de acordo com a Lei nº 10.639/2003 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

I - Correta: A Lei nº 10.639/2003 altera a LDB e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica.

II - Correta: As Diretrizes reforçam que o trabalho pedagógico deve ser contextualizado, respeitando diversidade cultural, social e regional.

IV - Correta: As Diretrizes orientam a valorização das identidades e culturas dos diferentes grupos étnico-raciais.

III está errada, pois a educação antirracista não exige currículo centralizado; ao contrário, defende a flexibilização e contextualização regional.

15. Alternativa C

Gabarito comentado: Esses pontos estão alinhados à Lei nº 10.639/2003, à Lei nº 11.645/2008 e à Resolução CNE/CP nº 1/2004, onde expressam garantir que a escola aborde a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, promover uma educação antirracista, combater preconceito, discriminação e desigualdade e valorizar a diversidade enquanto princípio da educação democrática.

A- INCORRETA

A alternativa desconsidera o caráter específico

co da valorização das contribuições africanas, afro-brasileiras e indígenas.

B- INCORRETA

As Diretrizes Curriculares não tratam da implementação de cotas na educação básica, pois políticas de reserva de vagas são aplicadas principalmente no ensino superior, não sendo objetivo das DCNs para as relações étnico-raciais.

D- INCORRETA

A legislação é clara: a implementação da educação para relações étnico-raciais é obrigatória para todas as instituições de ensino, públicas e privadas.

E- INCORRETA

Afirma que o ensino pode ocorrer por meio de disciplinas isoladas, sem transversalidade.

16. Alternativa B

Gabarito comentado: A repetência é uma prática histórica e seletiva, que não se apoia em procedimentos pedagógicos validados capazes de garantir recuperação real ou ampliação cognitiva dos estudantes.

A - INCORRETA

Afirma que a repetência evita mau uso de recursos e que a promoção automática seria a responsável por esse problema.

C - INCORRETA

Alega que a repetência resolve causas do fracasso escolar.

D - INCORRETA

Indica que a repetência combate a defasagem idade-série.

E - INCORRETA

Defende a repetência como estratégia meritocrática em contextos de alta evasão.

17. Alternativa C

Gabarito comentado: A alternativa C é a correta porque descreve uma ação completa, colaborativa e articulada, que envolve diálogo com a equipe docente, aproximação com as famílias e encaminhamento aos serviços de assistência social e psicológica quando necessário. Essa postura corresponde ao papel do pedagogo como mediador e coordenador do trabalho pedagógico, que atua de forma integrada para compreender as causas da evasão e para construir estratégias

eficazes de permanência.

A- INCORRETA

É incorreta porque o simples registro formal das faltas não atua sobre as causas da evasão.

B- INCORRETA

Embora positiva, é limitada, pois não contempla a articulação com docentes, famílias e profissionais de apoio

D- INCORRETA

É incorreta porque o pedagogo tem, sim, responsabilidade direta no monitoramento dos índices de evasão.

E- INCORRETA

Também é inadequada, pois delega aos professores uma função que exige coordenação pedagógica e ação conjunta, não podendo ser tratada como tarefa exclusiva do docente.

18. Alternativa B

Gabarito comentado: II e III estão corretas. Na alternativa II, são destacados fatores como o nível de satisfação com a universidade e o curso, os aspectos financeiros, a escolha do curso e os aspectos interpessoais, todos citados no texto.

Na alternativa III, menciona-se o desempenho em disciplinas e tarefas acadêmicas, aspectos sociais como prestígio social do curso, profissão e universidade, também conforme o texto.

I- inclui aspectos que não foram mencionados no texto, como “aspectos religiosos” e “violência”, tornando-a incorreta.

IV- está incorreta pois limita a evasão somente a um conjunto de fatores, ignorando a diversidade de causas expostas pelo estudo mencionado.

19. Alternativa B

Gabarito comentado: Acompanhamento sistemático da aprendizagem, por meio de avaliações diagnósticas e intervenções pedagógicas, melhora a qualidade do ensino e previne a evasão, pois identifica dificuldades precocemente e favorece ações de permanência.

B- INCORRETA

A evasão não decorre apenas de fatores externos; práticas pedagógicas inadequadas, gestão escolar frágil e ausência de vínculos

com a escola também são causas reconhecidas.

C- INCORRETA

Ampliar o tempo escolar sem qualificar o currículo e as atividades não reduz a evasão; a eficácia depende do sentido e da relevância das práticas ofertadas.

D- INCORRETA

Projetos integrados ao território fortalecem vínculos e favorecem a permanência dos estudantes, sendo considerados estratégias de prevenção da evasão.

E- INCORRETA

A avaliação diagnóstica é central para enfrentar a evasão, pois orienta intervenções pedagógicas e reorganiza o trabalho docente, impactando diretamente a permanência.

20. Alternativa B

Gabarito comentado: Políticas integradas, que incluem formação docente, monitoramento de resultados, acompanhamento pedagógico e uso de indicadores, são consideradas as mais eficazes para reduzir o analfabetismo e elevar a qualidade do ensino.

A- INCORRETA

O analfabetismo não é biológico; trata-se de fenômeno social, histórico e estrutural, fortemente influenciado por desigualdades e falta de acesso à educação.

C-INCORRETA

Infraestrutura é importante, mas insuficiente; alfabetização depende de práticas pedagógicas consistentes, apoio às famílias e políticas intersetoriais.

D- INCORRETA

Indicadores são essenciais para diagnósticos e planejamento; sem eles, é impossível monitorar avanços, desigualdades e necessidades de intervenção.

E-incorreta

Programas de alfabetização de jovens e adultos são fundamentais para combater o analfabetismo; apesar de desafios de permanência, eles ampliam direitos e atacam uma das raízes da exclusão educacional.



**Entre no nosso
grupo de WhatsApp
exclusivo e receba:**

- Avisos de lives e eventos gratuitos.
- Materiais complementares.
- Dicas e informações quentes sobre o concurso.

CLIQUE AQUI

**Estude com liberdade
e constância no maior
streaming de concursos
da educação.**

Videoaulas, PDFs, exercícios e muito mais para você aprender no seu ritmo, com atualização contínua e suporte de verdade.

CLIQUE AQUI



/OSPEDAGÓGICOS

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos



DUQUE DE
CAXIAS

  /OSPEDAGÓGICOS